

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36851	48983/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 17/07/2025
HASH: 727afaeef1a2803776c4ee6e9c031f9



DECISÃO

Processo: 48119/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36680 de 13 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Despachos

- A 13/11/2025,
"Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 48119/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-26308 de 10/11/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua de S. Bentinho, nºs 17, 19 e 21, UF Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP7]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-26308 de 10/11/2025, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de remodelação e ampliação de dois edifícios situados na Rua de S. Bentinho, nºs 17, 19 e 21, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob os n.ºs 513/20110127 e 465/20100127, inscritos na matriz de natureza urbana sob os artigos n.ºs 407 e 409, respetivamente.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 09/04/2025.

2.2. Projeto de condicionamento acústico

2.2.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de condicionamento acústico, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.3. Projeto de águas pluviais

2.3.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.4. Projeto de águas residuais

2.4.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de águas residuais, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.5. Projeto de arranjos exteriores

2.5.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de arranjos exteriores, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.6. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.6.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.



2.7. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.7.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.8. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)

2.9.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED), em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.10. Projeto de abastecimento de água

2.10.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de abastecimento de água, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.11. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.11.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação de ficha de segurança contra incêndios em edifícios, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações à ficha de segurança anteriormente apresentada.

2.12. Projeto de conforto térmico

2.12.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de conforto térmico, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.13. Projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas e/ou mercadorias

2.13.1. Solicitou pedido de dispensa de apresentação do projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas, em virtude de alterações ao projeto de arquitetura, não introduzirem alterações ao projeto anteriormente apresentado.

2.14. Operação urbanística com impacto relevante ou impacto semelhante a uma operação de loteamento?

2.14.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

2.15. Outros

2.15.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído** e em condições de ser proferida a deliberação final do deferimento do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, o requerente deverá ser notificado para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer a emissão do Alvará de Licença de Obras, devendo, para o efeito, apresentar os elementos constantes do n.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março.



4. CONDICIONANTES À EMISSÃO DO ALVARÁ DE OBRAS

- 4.1. Instrução de pedido com os elementos descritos no n.º 3 e 4 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março e nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do Artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, incluindo declaração do titular da apólice e declaração de responsabilidade do titular de alvará, conforme norma camarária.
- 4.2. Em simultâneo com o pedido referido anteriormente, deverá ainda apresentar, nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 54.º do Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, os seguintes documentos:
 - 4.2.1. Declaração de gestão de resíduos de construção e demolição, disponível no site do município.
 - 4.2.2. Registo de dados de resíduos de construção e demolição, disponível no site do município.
- 4.3. Satisfação das condições de licenciamento estabelecidas pela DCHPA – Unidade de Arqueologia, vertidas no teor da informação técnica registada com o n.º 2025-4975 de 09/04/2025.
 - 4.3.1. A atribuição de alvará de licenciamento a este processo, só se verifique após inclusão nele do Plano de Trabalhos Arqueológicos, devidamente autorizado pela DGPC.
 - 4.3.2. O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).
 - 4.3.3. O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica, previamente à emissão da autorização de utilização do edifício (Artigo B-3/9.º, n.º 6 do Código Regulamentar do Município de Braga).

5. CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

- 5.1. Satisfação das condições de licenciamento estabelecidas pela DCHPA – Unidade de Arqueologia, vertidas no teor da informação técnica registada com o n.º 2025-4975 de 09/04/2025.
 - 5.1.1. O promotor da obra, deverá, obrigatoriamente, comunicar aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data prevista para o início da presente operação urbanística.
- 5.2. Satisfação das condições de licenciamento estabelecidas pelas seguintes entidades: **CDDR Norte**.
- 5.3. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:
 - 5.3.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.
 - 5.3.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.
- 5.4. Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção.
- 5.5. Cumprimento em obra, do disposto no Dec. Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.



- 5.6. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.

6. CONDICIONAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

- 6.1. Aquando da conclusão da obra, deverá efetuar o pedido de concessão de autorização de utilização de acordo com o modelo de requerimento disponível nos serviços, apresentando os documentos necessários, de acordo com a legislação em vigor.
- 6.2. É condição da emissão do alvará de autorização de utilização ou da receção provisória das obras a limpeza da área, a correta gestão dos RCD produzidos e a eventual reparação de estragos ou deteriorações que tenha causado, nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 54.º do Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, conjugado com o Artigo 86.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, pelo que deve ser entregue, aquando do pedido de autorização de utilização, os seguintes documentos:
- 6.2.1. Declaração de gestão de resíduos de construção e demolição, disponível no site do município.
 - 6.2.2. Registo de dados de resíduos de construção e demolição, disponível no site do município.
 - 6.2.3. Comprovativo de entrega dos resíduos de construção e demolição em entidade licenciada, bem como cópias das e-GAR concluídas.
- 6.3. Para efeitos do cumprimento de Decreto-lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, deverá ser apresentada a declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.

7. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

De acordo com o Artigo 80.º-A do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até **5 (cinco)** dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, incluindo a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

